



## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

*Repor a Verdade!*



10 de Novembro de 2008

Na entrevista dada a um canal televisivo, no passado dia 6 de Novembro, dia da **Jornada de Insatisfação e Reflexão** com adesões superiores a 80% na generalidade das grandes unidades, o senhor Ministro da Defesa Nacional veio confirmar a existência de problemas, de mal-estar e insatisfação no seio das Forças Armadas, que anteriormente tinha negado. Pela gravidade de que se revestem, mantém-se actual a necessidade de ser reposta a verdade relativamente a algumas das suas afirmações.

**Acerca da especificidade da profissão militar:** Afirma que para vincar as diferenças dos militares em relação aos funcionários públicos, manteve-se um sistema de assistência na doença próprio, a ADM, mas não diz porque não lhe convém, que esta ADM é igual, e até pior que a ADSE e mesmo o SNS aplicável aos funcionários públicos e aos trabalhadores do regime privado. Também não diz, porque não lhe convém, que esse sistema só foi assegurado porque a Família Militar se uniu e, por motivos de serviço e garantia da operacionalidade, exigiu a sua manutenção; este Governo entregou-nos, logo em 2005, um pacote de projectos de lei onde figurava a integração dos militares no SNS, portanto, era essa a sua intenção.

Da mesma forma, não diz, porque não lhe convém, que o Governo ao extinguir levemente os subsistemas que existiam fundindo-os no actual, desbaratou verbas e uma oportunidade soberana de criar um novo sistema, mais económico, mais eficaz e de maior qualidade, se seguisse as propostas das APM e dos Chefes. A arrogância e teimosia de que sofre este Governo impediu-o de aproveitar esta oportunidade, e, com isso, prejudicou a Família Militar em centenas de Milhões de euros!

Afirma que a entidade gestora da ADM, o IASFA, tem as participações **processadas** até Setembro; e admitimos que seja verdade mas não possuímos dados para confirmar a afirmação. Mas dando-a como boa, podemos constatar que, também aqui, aquilo que compete aos militares está a ser executado a tempo e horas, que é o **processamento**. Faltam no entanto a **liquidação** e o **pagamento** inerentes, responsabilidade do senhor ministro, por não transferir para o IASFA as verbas em tempo útil. Mantém assim a Família Militar a suportar os custos da operacionalidade. Recordamos que no OE2008 a verba esbulhada nas despesas com a Saúde Militar foi suficiente para custear as despesas com as Missões Externas – portanto, **as tais missões, que tanto orgulham os nossos governantes, em 2008, foram custeadas pela Família Militar!**

De igual modo, relativamente à reestruturação das carreiras, o senhor ministro referiu que aos militares não se aplica a Lei das Carreiras, Vínculos e Remunerações da Administração Pública, mas não diz, porque não lhe convém, que se aplicam aos militares os princípios dessa Lei e que, por isso, colocou a circular um anteprojecto de sistema remuneratório que integra os mesmos militares na Tabela Remuneratória Única da Função Pública, defraudando compromissos com os Chefes e os militares.



**Sobre a comunicação interna nas Forças Armadas (FA):** Também afirmou o senhor Ministro que essa comunicação existe e que os militares, através dos seus chefes têm conhecimento dos diplomas que o Governo vai produzindo, eventualmente pelo chamado *turno da noite* do ministério. Esta afirmação vem na linha da culpabilização dos Chefes Militares, procurando abrir fracturas de confiança nas fileiras, num verdadeiro atentado à coesão social e militar das FA. Aquilo que o Governo tem feito desde 2005 é dizer uma coisa às associações e outra aos Chefes Militares, como ficou provado na proposta de decreto-lei 166/2005, entregue em dias consecutivos, o ex-ministro da Defesa Nacional Luís Amado, entregou versões diferentes num dia aos Chefes e outra versão mais próxima da realidade às APM.

Também sabemos que, por exemplo, durante o ano passado, nos meses de Abril a Agosto, o MDN só recebeu os Chefes para falar de questões do OE para o ano seguinte, quando tinha na secretária pedidos urgentes de reuniões dos Chefes para lhe colocarem questões actuais, do pessoal e dos respectivos ramos: também aqui o défice de comunicação se deve ao ministro em grande medida.

**Sobre o facto de o Governo transferir custos e despesas operacionais para os orçamentos familiares dos militares no activo:** não só reafirmamos a situação existente na Armada, que denunciámos, como também se constata que essa situação é usual nos três ramos. É tão usual os suplementos não serem abonados em tempo, como o Governo incumbir missões externas aos ramos sem fazer a devida transferência de verbas. Como exemplo podemos citar a missão de patrulhamento da costa africana para prevenir a emigração ilegal, atribuída à Marinha no passado ano, cujos montantes, se foram transferidos, só o foram muito depois das despesas estarem feitas: as guarnições só foram ressarcidas dos subsídios de embarque meses após a missão estar concluída, e isto, também por culpa do senhor ministro.

**Para terminar e, justiça seja feita, o senhor ministro disse uma verdade que corresponde àquilo que tem sido a prática deste Governo:**

*“...quando os diplomas estiverem **finalizados** as associações serão consultadas.”*

Obrigado, senhor ministro...

**Defendendo a verdade e a Condição Militar mantemo-nos *Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!***

A Direcção

Lisboa, 10 de Novembro de 2008